

AMÉRICA LATINA: A GLOBALIZAÇÃO PELA VIA “SOCIALISTA”

Muitos intelectuais, militantes e ativistas de centro-direita, inclusive liberais, têm reiteradamente manifestado publicamente a sua desconformidade e o seu temor com relação ao processo de evolução política na América do Sul. O panorama eleitoral no sub-continente, com a recente eleição de Michele Bachelet, no Chile, juntando-se ao também recém eleito presidente cocaleiro Evo Morales, da Bolívia, Hugo Chávez, da Venezuela, Alexandre Toledo no Peru, que certamente será substituído pelo novo candidato de esquerda, Ollanta Humala, Tabaré Vázquez, no Uruguai, Nestor Kirchner, na Argentina e Lula, no Brasil, pretensamente, munícia de argumentos este ponto de vista.

No entanto, com exceção de Hugo Chávez, quero discordar do entendimento de que todos estes governos sejam realmente de esquerda, ou melhor, socialistas na acepção estrita da palavra. Numa conotação elástica ao socialismo que contenha uma acepção de inclusão através do capitalismo, através de políticas governamentais que condicionariam ou monitorariam o mercado, no chamado socialismo de mercado, aí, nesta hipótese, concordaríamos todos. Demagogos também é um conceito que satisfaria a muitos outros.

Explico: Tenho como tese que estamos passando por um processo de reconversão econômica, social, cultural e estatal, causado pelo processo de globalização como jamais os estados nacionais hão conhecido. A política de reconversão econômica condiciona mudanças na super-estrutura jurídica, através da constante dissolvência do sistema constitucional na forma de emendas que são intervenções cirúrgicas que visam compatibilizar e flexibilizar o jurídico em consonância com a versão econômica implantada: a desregulamentação total do mercado. O endividamento dos estados, a sua asfixia e sua implosão que aumenta o paradoxo tributário retirando-lhes sustentação institucional e legitimidade perante a opinião pública é um dos vieses deste processo.

Creio que estamos entrando no clímax de implantação do sistema que tem como viga central o modelo monetarista de meta de inflação implantado no Brasil. Ele leva fatalmente a uma queda do valor da moeda americana e por consequência a uma valorização do real pela razão simples de que torna o Brasil um mega-paraiso para aplicações financeiras. Neste diapasão, no estágio atual, estamos rumando para o Plano Real III, que é a implantação da simetria monetária – equivalência do dólar e real – com a benesse daquele, hoje, estar mais baixo que o euro. Não foi assim com o Plano Real I em que a paridade cambial tinha um dólar mais elevado que o euro. Assim, a política de meta-inflacionária possibilita que o governo “socialista” mantenha o salário das populações de baixa renda e seu poder aquisitivo, no mesmo tempo que, conserva, apesar dos indícios veementes de corrupção eleitoral, paradoxalmente, os altos índices de prospeção na pesquisa eleitoral.

Ora, se de um lado, o governo tem assegurado, através do sistema eleitoral em que a baixa renda representa a maioria dos votantes garantindo assim a possibilidade de re-eleição, por outro lado, reproduz, com perfeita identidade, o parâmetro de que foi acusado pela CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – um Governo dos Bancos e para os Bancos. Através deste paradoxo: enquanto o povo de baixa renda sobrevive ganhando o suficiente para não morrer de fome e o bastante para não se revoltar, por sua vez, o sistema financeiro exulta com lucros nunca antes vistos nem nos regimes militares, tão combatidos pela esquerda. Por outro lado, entre o rochedo e a maré, a classe média, a produção genuinamente nacional, seja agrária ou industrial, é virtualmente deletada. O cenário de um Mercosul em chamas consolida-se através da implantação de salvaguardas em prol dos déficits da Argentina; bloqueios “ecológicos” em Fray Bientos e Gualeguaychú e, recentemente, com a promulgação do projeto de Lei 102/205 no Rio Grande do Sul, que estabelece exame fitossanitário para cereais importados dos hermanos. Rumamos, inevitavelmente, por indução da queda do dólar, efeito da macro-política da “concertação social-capitalista”, para a conexão da ALCA sob a batuta de um “socialismo reformista” impulsionado, como vimos, pelos ex-excluídos e pelos mega-incluídos. Eis a origem da sustentação, respectivamente, política e econômica do “establishment” e a razão do motivo da tolerância complacente com o “mar de lama” que transforma o Congresso Nacional numa fábrica lenta e enfadonha de pizzas.

Prof. Sérgio Borja – Professor de Direito da PUC/RS e UFRGS